



---

## A arquitetura e urbanismo enquanto ferramenta de atuação social no território ocupado

Aline Dos Santos Souza, Bloco ADH, Brasil  
alinesouza.au@gmail.com

Barbara Caetano Damasceno, Bloco ADH, Brasil  
badamasceno@hotmail.com

Carolina Guida Cardoso Carmo, Bloco ADH, Brasil  
carolinagcdocarmo@gmail.com

Yasmin Arielly Cavalcante, Bloco ADH, Brasil  
yasmin.acavalcante@gmail.com

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Militância; arquitetura social; formação popular; organização comunitária.

### **RESUMO**

Entendemos o campo da arquitetura e urbanismo como uma área de múltiplas atuações, vinculada à diversos agentes de interferência no espaço, seja no campo profissional de atendimento ao cliente no setor privado, seja junto às interferências e tomadas de decisões na esfera pública de gestão. Percebemos, baseada na estruturação do ensino da arquitetura e urbanismo e na forma que vem sendo continuamente difundida, possibilidades para reinvenção de uma profissão a muito entendida, no imaginário popular, como um campo competitivo e limitado apenas aos grandes nomes enaltecidos à partir da produção autoral, sendo que a realidade urbana brasileira – baseada na segregação socioespacial e configuração de problemas relacionados à forma de urbanização díspar onde grande parcela da população encontra dificuldade no acesso às infraestruturas urbanas e direitos básicos para

manutenção da vivência urbana - é consideravelmente distinta dessa imagem construída e vendida aos estudantes e futuros profissionais. A compreensão de que a reinvenção da construção dos espaços urbanos se apresenta enquanto uma alternativa concreta para uma melhoria no espaço habitado por grandes contingentes de pessoas em territórios irregulares perante à lógica e prática de produção legal do espaço, pode ser considerada como uma possibilidade de atuação do arquitetos urbanista, não só enquanto portador de um conhecimento técnico passível de compartilhamento, mas também enquanto agente colaborativo em um processo contínuo e de base popular. Esse trabalho, portanto, busca observar e relatar a experiência da construção coletiva a partir da ação de organizações compostas por agentes externos e internos à realidade do território ocupado, juntamente com a atuação de estudantes e arquitetos e urbanistas, assim como outros profissionais multidisciplinares, através da análise empírica de um projeto realizado no município de Campinas-SP, ao longo de 2018. A partir dessa experiência, foi possível observar uma perspectiva de atuação conjunta e interdisciplinar do arquiteto urbanista como possível agente articulador de processos emancipatórios, vinculados à lógica da formação popular e política dos agentes internos, que buscam desenvolver a autonomia e aprimoramento dos conhecimentos internos a esses grupos potencializando o senso crítico e protagonismo individual e coletivo, frente suas demandas e necessidades diárias. Observar tais movimentos e articulações coletivos iniciais nos leva a ressaltar, enquanto benefício primacial, as formas de conexões e fortalecimento comunitário, intra e extra ocupação, em prol de uma construção coletiva e qualificada do espaço ocupado, entendido não somente enquanto o espaço edificado e materializado, mas também como as transformações e emancipações sociais dos agentes envolvidos.

## Introdução

Dentro da área disciplinar e profissional da Arquitetura e do Urbanismo encontram-se diferentes vertentes para estudo e atuação junto ao planejamento macro e micro do território. É notável, ao longo dos anos, a busca prioritária, por grande parcela da categoria de arquitetos, o atendimento à população detentora de maiores recursos financeiros e de privilégios de direitos. A lógica difundida no mercado e em muitas instituições de ensino tem reforçado o imaginário popular do arquiteto responsável por construções autorais, com o uso de tecnologia avançada, mão de obra especializada, lotes independentes e bem localizados na cidade, possibilidades que favorecem a atuação e atraem os profissionais da área e que, na prática, podem vir a proporcionar maior reconhecimento, remuneração e publicidade.

Em certa medida, esse modelo de atuação tem permanecido desligado dos contextos sociais que o cercam e não tem incorporado os benefícios da modernização na construção dos territórios populares, que grande parcela de trabalhadores vive. O alto investimento em alguns territórios tem potencializado a especulação imobiliária e, conseqüentemente, agravado pro-

blemas de desigualdade socioterritorial dentro das cidades, fazendo com que muitas pessoas fiquem limitadas a bens de primeira necessidade e precisem construir ou lutar por sua própria moradia, quando elas não conseguem adquiri-la com seus baixos salários.

O Estado, em decorrência da pressão das camadas populares, tem buscado enfrentar o problema da habitação e do planejamento urbano caótico com políticas de acesso a programas habitacionais, urbanização de favelas e regularização fundiária. Tendo em vista, a grande demanda a ser atendida e o orçamento limitado, grande parte dos projetos ainda tem tido resultados com baixa qualidade projetual e construtiva, má localização na malha urbana dos municípios, muitas remoções, equipes técnicas distantes dos moradores e com dificuldades de diálogo. Entretanto, existem exceções, como as políticas públicas criadas para apoiar outros tipos de alternativas de intervenção, como a autoconstrução, o mutirão, a autogestão e o assessoramento técnico, que possibilitaram a atuação de profissionais independentes e de coletivos de arquitetos (assessorias técnicas/escritórios populares) em seus desenvolvimentos.

Os arquitetos que participam desta linha de atuação, em sua maioria, estão engajados na reflexão constante sobre sua atuação no território, buscando criar novos modos de pensar a arquitetura e o planejamento territorial, revisando constantemente seu ato de projetar, em busca de um sentido mais abrangente e transformador, junto a população de mais baixa renda e moradora de periferias (FERREIRA, 2017), como também em conjunto a outros agentes que partilhem das mesmas intenções. Seus trabalhos orientam-se politicamente e ideologicamente buscando o envolvimento na luta do povo, compreendendo os desafios, necessidades e anseios, a fim de alcançar respostas e ações que contribuam no alcance de soluções mais eficientes a suas reais demandas. Confrontam problemáticas econômicas e sociais, refletindo sobre técnicas 'alternativas' mais baratas e adaptáveis aos territórios periféricos, propondo planos e projetos do ponto de vista de seus moradores, e compartilhando ideias e saberes que contribuam para a resistência urbana.

Em vista desta realidade o artigo propõe observar e relatar uma experiência de construção coletiva que teve início na organização composta por agentes externos e internos à realidade do território ocupado no município de Campinas-SP, durante o ano de 2018. Será analisado de modo empírico o projeto realizado em conjunto com estudantes, arquitetos e urbanistas e outros profissionais, de maneira multidisciplinar. A partir dessa experiência, foi possível observar uma perspectiva de atuação conjunta e interdisciplinar do arquiteto urbanista como possível agente articulador de processos emancipatórios, vinculados à lógica da formação popular e política dos agentes internos, que buscam desenvolver a autonomia e aprimoramento dos conhecimentos internos a esses grupos potencializando o senso crítico e protagonismo individual e coletivo, frente suas demandas e necessidades diárias. Observar tais movimentos e articulações coletivos iniciais nos leva a ressaltar, enquanto benefício primacial, as formas de conexões e fortalecimento comunitário, intra e extra ocupação, em prol de uma construção coletiva e qualificada do espaço ocupado, entendido não somente enquanto o espaço edificado e materializado, mas também como as transformações e emancipações sociais dos agentes envolvidos.

## Formação e campo de trabalho

Ser arquiteto e urbanista em um país periférico latino-americano como o Brasil, marcado em sua história pela autoconstrução de moradias e precariedade de meios, implica em uma maior reflexão acerca do desenvolvimento das cidades, e a necessidade de revisão de modelos utilizados, até então, por países desenvolvidos que não se encaixam as nossas necessidades (LEFÈVRE, 1999). Tendo esta atenção é possível alcançar muitas possibilidades inventivas e emancipatórias para a construção das cidades, através do que já temos criado. Grandes nomes da arquitetura nacional, como Vilanova Artigas (1999), já descreviam a necessidade de que os arquitetos propusessem utopias para o futuro, já que a obra dos arquitetos, de modo ideológico, expressam o pensamento da classe dominante e vem servindo como arma de opressão - utopias essas que não deveriam ser consideradas como inalcançáveis, mas sim, como reflexões que ajudariam na compreensão do mundo como algo inacabado (FREIRE; NOGUEIRA, 2001) passível de ser transformado.

Diante desta realidade a formação dos arquitetos e urbanistas durante muito tempo existiu deslocada de contextos culturais e sociais, com enfoque puramente técnico e academicista. (GUIMARÃES, 2006). As Faculdades de Arquitetura e Urbanismo tiveram ao longo dos anos reformas nas grades curriculares, o que possibilitou a expansão das linhas de estudo e do campo de atuação. Oportunidades para trabalhos externos desenvolvidos em comunidades próximas surgiram através de projetos de extensão, escritórios modelos, e outras iniciativas de caráter social que demonstravam a preocupação com necessidades coletivas. Essas atividades levavam muitos alunos a entrarem em contato, pela primeira vez, com o território real, propiciando a formulação de ideias que respondessem as demandas apresentadas, e que poderiam ser realizadas fisicamente. Também era a partir destes contatos que novas visões e prioridades para o futuro profissional se abriam.

Após formados, o campo de trabalho para os profissionais engajados nas questões sociais e políticas tem se mantido em constante construção, atendendo trabalhos de forma independente, ou junto a setores públicos, privados ou não-governamentais. A semente do trabalho se pauta em uma ideologia de buscar orientar o crescimento das cidades de forma mais organizada, combatendo a precariedade, visando a participação popular e suas potencialidades, de forma que seja possível redefinir o sentido do que viera a ser as cidades e os espaços de morar, visando a contribuição de outros profissionais que fossem ligados e pudessem contribuir com estas frentes também no processo. O atendimento as comunidade, associações de moradores e movimentos de moradia busca maior aproximação, focando-se em processos e compartilhamento de saberes, visando um trabalho horizontal, que mobilize os moradores como protagonistas de suas próprias histórias e transformações sociais (FERREIRA, 2017). A condução de projetos participativos que visem a emancipação e democratização da arquitetura, através de tecnologias alternativas apropriadas a cada localidade e que pudessem ser aprendidas e apropriadas por moradores de comunidades (ARANTES, 2002).

Buscam também, uma prática diferente com novas formas de apropriação dos espaços, criação e fortalecimento de modos de resistência urbana, e acesso a bens de uso fundamental como a moradia digna e saneamento básico, além da promoção de segurança e qualidade de vida no meio habitado. Através do olhar técnico, os arquitetos desta linha de atuação podem propor soluções a questões de ordenamento territorial, precariedade construtiva e alternativas para intervenção. Esse posicionamento de trabalho vai contra a lógica de produção do capital, que através de diagnósticos e planos impõe decisões que muitas vezes fragilizam ainda mais estes territórios. Ferreira (2017) intitula esses arquitetos como militantes, termo presente no vocabulário utilizado por movimentos sociais e partidários, exprimindo o sentido de atuar com engajamento e comprometimento através da participação na luta, no compartilhamento de saberes e a busca por transformação social, política e territorial.

Apesar disso, ainda há ameaças que rondam a profissão, tendo em vista que o arquiteto irá se relacionar com os moradores e movimento mais profundamente com a dimensão técnica, do que estética ou pedagógica, isso pode acarretar na dominação do trabalho intelectual sobre o manual, que tornaria o trabalho não mais transformador mas sim participante da mesma lógica do mercado (ARANTES, 2002). Outra questão relevante são as tentativas de que o trabalho não se molde a um assistencialismo, pois este formato de atuação impediria a verdadeira emancipação de saberes e autonomia das ações dos moradores.

Outros desafios que tangem o trabalho vão desde aspectos financeiros, a organizacionais e políticos. A disputa por financiamentos públicos é constante, a baixa remuneração é um fator que fragiliza diversas organizações não-governamentais. Arantes (2002), em sua pesquisa que analisa a trajetória de alguns profissionais nos anos 1990 e 2000, relembra que o sentimento que acomete grande parte dos profissionais é de crise, frustração e impraticabilidade. Ferreira (2017) destaca que os profissionais envolvidos com urbanização de favelas tendem a trabalhar com certo espírito de sacrifício por conta dos baixos investimentos e necessidade de grande dedicação de tempo aos projetos. E estes sentimentos ainda acometem muitos profissionais nos dias de hoje, que participam de assessorias técnicas na cidade de São Paulo<sup>1</sup>.

Os desafios do campo de trabalho fazem com que muitas das ações sejam realizadas no campo da contradição, mas que ainda assim, conseguem ter comportamentos que vão contra ao que o sistema do capitalismo desigual impõe. Em suas trajetórias podem ser verificadas diferentes ângulos de vistas e direções para a construção de seus caminhos, visando a aplicabilidade e alcance real. Por meio de experimentações, conhecimento da trajetória de outros profissionais tem sido possível criar novos modos de ação, e até mesmo alterações em suas próprias formas de pensar, mais adaptáveis e flexíveis, visando o atendimento coletivo, mas também não esquecendo de suas necessidades básicas individuais (FERREIRA, 2017). Contradição que também atinge os movimentos, na formação social brasileira.

<sup>1</sup> Algumas das informações aqui compartilhadas foram retiradas das próprias vivências e diálogos das autoras, pertencentes ao coletivo BLOCO ADH, com outros profissionais atuantes em duas assessorias técnicas na cidade de São Paulo. Estas conversas foram tidas durante os anos de 2016 e 2017, durante visitas técnicas e reuniões, a fim de buscar olhares sobre a formação, desafios e modos de organização das assessorias técnicas.

### Atuação no território de Campinas: desigualdade territorial

O processo de urbanização no Brasil, marcou-se por profundas mudanças qualitativas e morfológicas no espaço urbano (DEÁK; SCHIFFER, 2010). Não sendo nenhuma novidade os efeitos perniciosos e muitas vezes difíceis de serem revertidos que este veio a causar nas diferentes escalas de cidades que compõem a rede urbana brasileira. Segundo Deák e Schiffer, o ritmo de urbanização já se mostrava acelerado desde o século XIX, porém, a partir do segundo quartel do século XX, a situação passa a atingir maiores proporções, sendo que, dos diversos problemas urbanos que emergem do contexto de industrialização e urbanização, é na questão da habitação e da falta de acesso à infraestruturas e serviços urbanos por grande parte da população, onde se vê maior emergência desses problemas.

Para Fonseca (2010), o município de Campinas, interior de São Paulo, acompanhou o processo macro de urbanização brasileiro. Portanto, seu processo de desenvolvimento urbano caracterizou-se pela periferação, dispersão territorial, definindo padrões sócio-espaciais muito característicos nas várias partes da cidade, reforçando as desigualdades econômicas e socio territoriais. Por mais que haja, em algumas regiões do município, picos de rendimento em regiões mais precárias, ou o contrário, o padrão de rendimento do responsável pelo domicílio é muito menor na região urbana sul-sudoeste do que nas áreas urbanizadas da região norte-nordeste no município de Campinas.

“Em Campinas essa urbanização que segrega e divide o espaço urbano é notável” (FONSECA, 2010, p. 1). Nota-se uma clara diferença na dinâmica territorial na região nordeste da cidade, em relação a região sudeste, sendo esta última marcada pela precariedade dos assentamentos urbanos (FONSECA, 2010). Neste contexto:

54,2% da população favelada e 72,9% da população das ocupações estão concentradas nas regiões sul-sudoeste de Campinas, denominado pelos autores como ‘eixo da pobreza’, enquanto 32,9% da população favelada e 12,9% das ocupações encontram-se nas regiões norte-nordeste, o denominado ‘eixo da riqueza’. As regiões sul e sudoeste constituem, assim, uma grande zona opaca<sup>2</sup> da cidade (CANO, W.; BRANDÃO, C., 2002, p. 127 apud FONSECA, 2010).

Em relação as ocupações urbanas da cidade de Campinas, de acordo com Fonseca (2010, p. 2) “é na década de 1990 que ocorrem 44% das ocupações da cidade”, sendo que o fenômeno vem a se ampliar a partir do aumento da taxa de desemprego e também pelo aumento do número de chefes de domicílio sem renda (FONSECA, 2010).

<sup>2</sup> Segundo Fonseca (2010) o termo foi utilizado por SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. (2001:264), no qual chamam de espaços luminosos aqueles que acumulam densidades técnicas e informações, ficando aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos. Entre esses extremos haveria toda uma gama de situações”, permitindo-se debater a influência da abundância e da escassez do acesso às técnicas e à informação nos diferentes lugares.

Arantes (2002), exemplifica que tática da ocupação é baseada na ideia de publicização da luta popular. Demonstrando irregularidades na realidade de muitas propriedades privadas, bem como reafirmar que as desigualdades estruturais da sociedade brasileira não foram resolvidas nem sequer enfrentadas.

“Nesse processo de luta e ocupações, os movimentos de moradia trouxeram a público o problema da reforma urbana e da falta de habitação adequada para todos. Se até então os trabalhadores resolviam a questão da habitação na clandestinidade e no anonimato, construindo na periferia com poupança e trabalho próprios, as ocupações, passeatas, e manifestações, noticiadas nos jornais e televisões, rompiam o ‘círculo de ferro’ que isolava a classe trabalhadora” (ARANTES, 2002, p. 168).

Tais ações caracterizam-se por ações coletivas organizadas e da existência de uma chamada “rebeldia” que idealiza mudanças na sociedade – normalmente respondendo a desafios específicos de uma classe ou grupo social (STRECK, 2010). “O movimento social refere-se, então, a perspectiva de mudança social, isto é, a possibilidade de superação das condições de opressão e da construção de uma nova forma de sociedade” (MIRANDA; CASTILHO; CARDOSO, 2009), sendo que, muitas vezes, tais ocupações, atreladas ou não a um movimento social, acabam por introduzir o conflito como um elemento pedagógico de luta e resistência, utilizando da estruturação social e midiática que os menosprezam e difamam para estabelecer estratégias de aprendizados internos efetivas em resposta.

A partir dessa leitura do território, não só do município de Campinas, mas o qual compartilha com tal reflexão, é compreendido que, a necessidade de buscar alternativas para uma realidade que vem se consolidando, há décadas, é latente e constante.

### OCUPAR + AÇÃO = Fortalecer e transformar

A presente seção tem por objetivo relatar a experiência da construção coletiva de um projeto social voltado para educação popular realizado no município de Campinas-SP, ao longo do ano de 2018, a partir da ação de organizações compostas por agentes externos e internos à realidade do território ocupado, juntamente com a atuação de estudantes e arquitetos e urbanistas, assim como outros profissionais multidisciplinares.

Para sua elaboração houve o incessante cuidado e reflexão acerca de quem seriam os sujeitos do projeto a ser desenvolvido. De modo que, partindo de convicções pessoais e tendo por balizador os conhecimentos partilhados por diversos autores, dentre eles Paulo Freire, em seu livro “Pedagogia do Oprimido”, de 1987, ou o escritor Clodovis Boff, no livro “Como trabalhar com o povo”, de 1995, entendíamos como condição básica o contato direto e vivo com esses territórios e seus moradores, pelo fato de que “o que é narrado exige troca de olhares e gestos” (FREIRE; NOGUEIRA, 2001), criando, assim, diálogos que buscassem a unificação da prática e da reflexão nas possibilidades de emancipação, uma vez que a reflexão e ação conjunta tende-se a se transformar em independência. Faz-se importante e necessário, portanto, entender que as

histórias e lutas desses sujeitos já existiam muito antes deste contato inicial, refletindo em acúmulos de saberes e experiências.

Para Gohn (2014) a educação não-formal é o resultado dos aprendizados “da vida”. Essa educação se desenvolve mediante processos de compartilhamento de experiências em espaços coletivos, “Na educação não-formal, essa educação volta-se para a formação de cidadãos (as) livres, emancipados, portadores de um leque diversificado de direitos, assim como de deveres para com o(s) outro(s)” (GOHN, 2014).

Logo, se a educação do povo e para o povo é realizada através do diálogo, ferramenta esta necessária nas lutas e resistências cotidianas, busca-se exemplificar essas formas de organizações independentes (formadas por agentes externos e internos) que visam a formação política e social, através de um objeto empírico, onde fosse possível observar tais reflexões, juntamente com as potencialidades e desafios encontradas em prática, através do objeto empírico de análise: o projeto CIDADE<sup>3</sup>.

O projeto propõe-se a promover uma sensibilização política e social em comunidades situadas nas áreas urbanas periféricas do município de Campinas-SP, assim como almeja traçar caminhos para alcançar uma autonomia desses moradores, através da formação prática, aliada à ensinamentos práticos que os auxiliem na transformação do espaço habitado. A estrutura adotada se deve ao fato de que, acredita-se que é necessário ter em vista que é somente através do encontro da prática e da teoria será possível caminhar com o trabalho popular (BOFF, 1995).

Para isso, estipulou-se desde o início que as atividades deveriam caminhar em direção a busca pela autonomia do povo frente suas lutas e demandas, em outras palavras, reconhecê-los como sujeitos de sua própria história – assim como propagado por Paulo Freire.

É sabido que o território se constitui de um espaço de constantes disputas e essa realidade também se aplica ao município de Campinas. Como dito anteriormente, a cidade apresenta uma malha urbana com uma clara divisão dos espaços destinados para a população de alta renda e os de baixa renda. Por este motivo, foi considerado importante a sensibilização dos agentes externos (proponentes) e agentes internos (ocupações) sobre a importância da discussão das desigualdades sociais e injustiças territoriais, seus direitos enquanto cidadãos e de suas capacidades de transformar o espaço em que habitam, buscando sempre uma melhoria, não apenas urbana, mas também pessoal e coletiva.

Assim, conduziu-se o projeto de maneira a dialogar e a beneficiar esses grupos sociais menos favorecidos, à uma aproximação geográfica da região de onde as ocupações se localizam no território, uma vez que muitos eventos em prol da luta pela cidade e pela moradia ocorrem em áreas privilegiadas da cidade, sem levar em consideração das dificuldades de mobilidade

<sup>3</sup> O projeto foi organizado por um coletivo do interior do estado de São Paulo, financiado pela Organização Não Governamental FASE, através de edital do Fundo SAAP (2017) para desenvolvimento de pequenos projetos e recebeu apoio institucional de cooperativa habitacional do mesmo município. O nome do projeto foi brevemente alterado para evitar possível identificação.

dos ocupantes até tais regiões. Dessa forma, o projeto se propôs a ser executado na região sul/sudoeste do município.

O contexto do projeto se deu a partir da possibilidade de financiamento pela organização ONG FASE, uma vez que, ao final do ano de 2017, a organização abriu um edital para a seleção de projetos de cunho político e social a serem desenvolvidas durante 2018. Sendo que o projeto descrito no presente artigo, enquadrou-se no eixo de “iniciativas de permanência e/ou resistência nos territórios urbanos em situação de ocupação”, dialogando diretamente com as prioridades expostas no edital, como a busca pelo fortalecimento de organizações em defesa pela moradia, a colaboração no exercício da participação popular e, principalmente, que possuam uma dimensão educativa<sup>4</sup>.

Para isso, o projeto foi estruturado em três grandes etapas, materializadas em três encontros, com duração de um dia cada, ao longo de 2018, sendo que cada etapa se destinaria a trabalhar a questão da formação popular, a formação prática e a visibilidade dessa luta para os demais extratos da sociedade da região.

Ainda assim, compreende-se que o processo de educação popular e atuação junto ao povo, necessitaria de um período maior e não mensurável, já que um processo de construção conjunta é processo orgânico e que necessita ser feito da maneira mais natural e respeitosa possível, levando em consideração as limitações ideológicas, temporais e territoriais de ambos os agentes envolvidos. Entretanto, o projeto buscou se apresentar como um primeiro passo de um caminho muito maior a ser percorrido.

O engajamento dos agentes externos é feito pela crença no povo, mas com muita atenção e cuidado para não reproduzir atitudes colonizadoras, ou impositiva. O papel desenvolvido passará pelos aspectos técnico, político e educativo, através de sua obrigação ética e missão social. Entendendo que a diferença é dada pelo lado em que se luta, como se posiciona e age (BOFF, 1995). Isso pode ser refletido em diversas situações vivenciadas ao longo do processo de interação entre os diferentes agentes, por exemplo, na intenção de querer fazer com que determinada coordenação participante do projeto entenda sua necessidade de lutar, quando eles ainda não possuem uma consciência de luta coletiva. Por esta razão, surge o questionamento: o quanto que insistir não é um ato de imposição?

Portanto, ao longo de todo o desenvolvimento do projeto foi necessário o diálogo entre os agentes internos e externos, assim como foi necessário que os agentes externos reavaliassem a todo momento sua atuação e seu papel naquele processo, sendo que este diálogo e interação se deu principalmente nas tomadas de decisões para formulação das etapas teóricas e práticas<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Alguns dos trechos aqui utilizados foram retirados do artigo apresentado no III Urb Favelas: “Seminário Nacional de Urbanização de Favelas”, em Salvador, Brasil, em 21, 22 e 23 de novembro de 2018. SOUZA, A.S.; DAMASCENO, B.C.; CARMO, C.G.C; CAVALCANTE, Y.A. Luta mais quem conhece mais: fortalecimento comunitário e estabelecimento de diálogo entre ocupações.

<sup>5</sup> O financiamento do projeto se deu através de uma formulação de um projeto preliminar, no qual

Para a primeira etapa do projeto, foi efetivado o contato com cinco ocupações<sup>6</sup> nesse primeiro momento, todas situadas na cidade de Campinas. Objetivou-se através destes contatos apresentar a estrutura inicial do projeto para as lideranças locais e convidá-las para participarem, ao mesmo tempo buscou-se estabelecer um diálogo aberto de modo que houvesse espaço para que, caso necessário, essas lideranças pudessem sugerir melhorias e modificações no projeto.

Das cinco ocupações contatadas, duas delas não estiveram presentes na realização da primeira etapa do projeto<sup>7</sup>, sendo que uma delas não aceitou o convite por conta de fatores de organização interna e de um momento muito específico da comunidade, e outra, que sofreu, nesse período, uma reintegração de posse e não foi possível estabelecer contato com a antiga liderança e moradores.

Adotando nomes fictícios para as ocupações participantes, a fim de prezar pela segurança dos participantes, uma vez que algumas das ocupações sofrem atualmente processos judiciais, será mantido o anonimato dos nomes das ocupações que participaram da etapa aqui relatada, entretanto, é possível elaborar uma breve contextualização de cada ocupação participante.

**OCUPAÇÃO A:** Encontra-se na localidade na região Sudoeste de Campinas e conta com aproximadamente 200 famílias. A ocupação, há cerca de um ano e meio, sofreu reintegração de posse na primeira área que ocupava e, atualmente, está localizada na mesma região, mas em outro terreno. A mesma possui uma grande visibilidade entre as associações e organizações sociais da região de Campinas e são fortemente auxiliadas por movimentos estudantis e sociais que simpatizam com a causa e luta por moradia, fazendo com que sua estruturação interna e capacitação política e social já esteja em um momento avançado, em relação às demais participantes. Por essa razão, já possui uma certa estruturação interna e visibilidade quanto a eventos culturais e artísticos que realizam na própria ocupação.

**OCUPAÇÃO B:** Localiza-se na região Sul de Campinas e conta com aproximadamente 120 famílias. A mesma faz parte de uma rede de auxílio jurídico, que trabalha com algumas outras ocupações da cidade. Se configura como uma ocupação de edifícios e, atualmente, passa por conflitos com agentes internos e externos, fazendo com que a organização esteja passando por uma reestruturação interna e dificuldades em relação à permanência das lideranças.

**OCUPAÇÃO C:** Localizada na região Sul de Campinas e conta com aproximadamente 80 famílias. Está há mais de 10 anos no mesmo local e passou recentemente por acidentes no local que

foram pensadas etapas de forma ampla, mas que, após a oficialização do financiamento, tiveram seus conteúdos moldados, dentro da possibilidade financeira e temporal, de acordo com as demandas apresentadas pelas lideranças das ocupações.

<sup>6</sup> Através de diversos contatos com outras entidades e organizações do município, foram levantados diversos nomes de lideranças de diferentes ocupações do município, de conhecimento prévio ou não ao projeto, entretanto, por dificuldades referentes a consolidação desse contato, não foi possível avançar nesses diálogos e encontros presenciais para efetivar a participação na primeira etapa do projeto.

<sup>7</sup> Compreende-se que a recusa das ocupações convidadas em alguma etapa específica do projeto não limita a possibilidade de estar presente nas demais etapas. Dessa forma, caso seja possível encontrar e unir novos participantes para as próximas, mesmo que esses não estiveram presentes na primeira parte, não haverá implicações que as impossibilitem de participar.

fizeram com que as famílias perdessem grande parte de seus (poucos) bens. A partir do ponto de vista do coletivo organizador do evento, é uma das ocupações menos articuladas entre as demais participantes do projeto, não possuindo rede de contato com lideranças e moradores de outras localidades, pleiteando individualmente (enquanto ocupação) por suas próprias demandas. A organização interna da mesma é muito frágil, havendo participação ativa de poucos moradores. Sendo a questão judicial é um ponto problemático, visto que ocupam terreno particular e há incertezas em relação à negociação com proprietários do terreno.

Finalizado, portanto, a etapa de apresentações, conversas iniciais e confirmação por parte das comunidades participantes, foi necessária a realização de reuniões com as lideranças e demais representantes de cada ocupação, em dias independentes, entre os meses de fevereiro e março de 2018, para serem levantadas às demandas teóricas, de caráter educacional e político, que consideravam necessárias de serem detalhadas e discutidas em um primeiro momento, tendo em mente a afirmativa de Paulo Freire (1987), de que ninguém melhor para entender as necessidades e demandas das ocupações do que os próprios moradores. Porém, também foram feitas propostas consideradas positivas, partindo das observações de campo da equipe responsável pelo projeto.

Como resultado deste processo, os conteúdos abordados na etapa em questão foi resultado da junção das percepções do coletivo, mas principalmente das demandas expostas por essas lideranças, resultando em convites para técnicos que pudessem contribuir com sugestões e novas perspectivas para responder tais questões.

Dentre os temas abordados neste primeiro momento, destacam-se: estratégias e ferramentas jurídicas (e humano) para regularização fundiária; organização e luta de movimento de moradia, como enfrentar situações de vulnerabilidade sócio familiar, experiências de lutas em casos de etapa avançada de regularização fundiária e troca de conhecimentos e estratégias de permanência entre as ocupações; etc.

Em síntese, o primeiro evento, focou-se não apenas em priorizar a transmissão dos conhecimentos teóricos dos agentes externos aos internos, mas a criação de um espaço de diálogo no qual pudessem ser desenvolvidas as percepções de articulação e democratização do conhecimento através do estabelecimento de diálogo entre técnicos e ocupantes, onde cada um exporia experiências profissionais e pessoais. Desta forma, ao final do primeiro encontro foi possível a partir da contribuição dos moradores, compreender o nível de consciência de luta individual e coletiva em que se encontrava os presentes moradores das comunidades ali representadas, bem como de suas lideranças.

A metodologia de construção coletiva adotado para a elaboração e organização da primeira etapa, repetiu-se na etapa prática (segundo encontro) do projeto. O diálogo entre os agentes internos e externos, visou nesta etapa identificar novamente quais ensinamentos práticos consideravam essenciais para o atual momento que estavam vivendo em suas respectivas comunidades ou quais demandas consideravam importantes de serem aprendidas.

Somou-se a isto novamente, as percepções dos agentes externos na composição do quadro de oficinas a serem realizadas.

Logo, assim da mesma forma como ocorreu na primeira etapa, para a concretização dos objetivos da segunda fez-se necessário unir forças com profissionais multidisciplinares. No entanto, destaca-se principalmente o apoio de coletivos organizados por estudantes vindos de faculdades de arquitetura e urbanismo de universidades públicas. Demonstrando na prática a teoria de Paulo Freire (1987) que identificava os estudantes como uma força motriz já que seu desligamento da cadeia produtiva do mercado e por não dependerem dela para seu sustento por não estarem empregados e assim não serem demitidos não os amedronta.

Com exceção do primeiro e do terceiro encontro, a partir do convite aberto pelo coletivo BLOCO ADH, neste coube as ocupações a escolha pelo local onde desejavam que fossem realizadas as oficinas práticas, buscando deixar a critério das lideranças decidirem em qual das três ocupações participantes acreditavam ter condições físicas de receber o evento.

Dentre as oficinas realizadas pode-se citar: horta comunitária; a importância do descarte correto do lixo; oficina de alvenaria; prevenção de incêndios; oficina de construção de brinquedos de lazer destinados às crianças e mobiliários, ambos destinados para compor futuros espaços coletivos dentro dessas ocupações. Em complemento as atividades práticas que estavam acontecendo, foi organizado um almoço coletivo para todos os participantes (participantes das ocupações e os novos agentes internos que vieram a compor esta etapa prática) como uma forma de fortalecimento dos vínculos já iniciados, permitindo maiores momentos de diálogos, trocas de experiências ou simplesmente descanso.

Como fechamento desta etapa, foi possível conhecer um pouco mais sobre os sujeitos do projeto em desenvolvimento, podendo ampliar os diálogos interpessoais e conhecer um pouco mais sobre suas trajetórias. O que permitiu a criação de laços e compartilhamentos de vivências e experiências, momentos de descontração, mas também de aprendizado conjunto através das oficinas, já que em muitos casos, os moradores já tinha experiência com as atividades que estavam sendo desenvolvida e complementavam com seus conhecimentos, tornando a experiência ainda mais rica para todos.

Por fim, a última etapa voltou-se para a sistematização fotográfica e conclusão das atividades realizadas ao longo de 2018. Para este encontro, quebrou-se, intencionalmente, a lógica de realização dos encontros nas áreas periféricas e próximas dessas ocupações, trazendo todos os resultados registrados nas etapas anteriores para uma região central e movimentada do município, a fim de trazer maior visibilidade a essas ocupações e suas lutas. Para isto, foi realizada uma exposição fotográfica em um centro cultural de Campinas, na qual as atividades desenvolvidas ficaram expostas por um período de um mês. O motivo para a escolha do local encontra-se na intenção de desconstruir a predominância de um discurso muitas vezes carregado de preconceito e desconhecimento sobre a realidade desses territórios e seus moradores. Objetivou-se desmistificar o ilusório social de que esses espaços são marcados apenas pela precariedade,

violência e abandono, mas antes constituem-se como espaços formado por pessoas que lutam todos os dias pela efetivação de seus direitos – direitos estes já garantidos, porém descumpridos. Por esta razão, procurou-se através do registro fotográfico, expor juntamente com textos contendo o objetivo do projeto, suas etapas, e os sujeitos envolvidos.

Essa terceira etapa foi um importante momento de observação dos visitantes da exposição, no qual foi possível observar que muitos deles olhavam com curiosidade e uma certa vontade de conhecer um pouco mais sobre o que havia sido desenvolvido. Além disso, foi muito importante o retorno dos moradores quando se reconheciam nas fotografias e se viam, talvez pela primeira vez, como protagonistas de um projeto que os colocava como sujeitos principais de suas lutas no processo de transformação do social e do espaço, passam a ter suas lutas reconhecidas, vistas e ouvidas.

### Trabalho e aprendizado conjunto

*“Participar não é impor, participar é se expor”.*  
Paulo Freire, 2001

Como parte dos agentes externos presentes no processo de formação proposto, estiveram presentes arquitetas urbanistas que se dedicam, profissionalmente, mas principalmente, pessoalmente, na luta pela moradia digna e acesso à cidade. Dessa forma, sua presença ao longo do trabalho buscou um diálogo mais aproximado com as coordenações das ocupações e com os moradores das comunidades presentes.

Foi verificado a possibilidade de construção coletiva de um projeto. O ouvir e ser ouvido, o entender necessidades reais. Muitas vezes ideias pré-concebidas sobre diferentes realidades dos moradores eram desconstruídas ao passo em que outras eram introduzidas a partir de outros olhares. Dessa forma foi possível reconhecer e entender a partir dos diálogos estabelecidos, o que realmente era importante e necessário a eles.

O grau de amadurecimento na luta urbana influenciava as lideranças e seus moradores sobre o que seria prioridade. Diferente do que muitas vezes se é difundido no viés acadêmico, ao vivermos o território real ocupado, notabilizava-se uma heterogeneidade e complexidade muito maior do que esperado, pois ali foi possível verificar o quanto que o individual e o coletivo muitas vezes não caminhavam juntos, e o quanto isto se torna um fator decisivo na organização interna e externa desses espaços. Nesse momento era necessário retomar diálogos e buscar alcançar maiores compreensões das situações.

Partindo do pressuposto de que o ensino da arquitetura e do urbanismo em sua maioria não prepara profissionais para atuarem nesse campo de trabalho, como já discutido na seção For-

mação e Campo de trabalho, para os agentes externos do coletivo BLOCO ADH, o desenvolvimento e execução do projeto foi vista com muita cautela e, em determinados momentos, com certas inseguranças. Entretanto, para Boff (1995) ainda que a escrita e execução do projeto gere muitas inseguranças e medos, é sempre necessário lembrar que são através das tentativas e erros que se alcançará o trabalho popular.

Boff (1995), afirma que é junto que o povo se educa. Tal afirmação foi passível de consolidação entre os agentes externos, que em todos os momentos de trocas de experiências e diálogos foi possível aprender muito, tanto questões técnicas quanto sobre humanidade, e especialmente, o pensar coletivo. Foi importante observar o quão rica se tornava as experiências de rodas de conversa, oficinas e palestras quando os moradores não só ouviam e observavam, mas também interagem junto com quem palestrava. Suas pontuações, reflexões, opiniões que concordavam ou discordavam, experiências vividas em suas casas ou em algum outro local que se relacionavam diretamente com as explicações. Faziam com que aquele ensino teórico, até então distante, fizesse sentido e parte do seu contexto de vida. Um intercâmbio de saberes era criado. Isso aproximava e sensibilizava de tal forma, que ideias eram ressignificadas tanto com os moradores quanto com os agentes externos, conforme cada vivência era compartilhada.

Esse momento de troca de experiências, fosse na parte teórica quanto prática, pode-se caracterizar como o momento mais rico de todo o projeto. Constantemente havia a preocupação por parte do coletivo de não transformar o projeto em um conhecimento impositivo *top-down*, mas de deixar aberto para que os conhecimentos difundidos pudessem ser uma junção do conhecimento e vivência de ambos agentes, isto é, internos e externos.

Isso se mostrou de forma mais palpável no relato experiências com incêndios que suas famílias sofreram; na ideia de canteiro para horta feito com garrafas pets em seus quintais; na visão de se criar um parquinho infantil também em outras comunidade; no banco coletivo que faria parte de uma futura praça dentro do condomínio de prédios; no conhecimento e confiança adquirida em saber que elas também tinham condição de cuidar e reformar suas casas e os espaços coletivos do território; no compartilhar de informações referente a risco de reintegrações de posse, de modo que, ocupações mais antigas e que hoje se constituem enquanto bairros consolidados e puderam passar suas experiências às ocupações mais recentes, exemplificando todo seu processo de luta, agentes auxiliares e como conseguiram atualmente alcançar a regularização fundiária.

Tecnicamente, as arquitetas e urbanistas puderam assim ter um reencontro consigo mesmas, entendendo que as formas de atuação almejadas e sonhadas, muitas vezes não conseguem se concretizar, o que exige novas reflexões sobre as formas de atuação. Para isso, faz-se necessário avaliar as formas viáveis anteriormente, avaliar se esses modelos ainda se aplicam integralmente nos dias de hoje, a partir da consideração de fatores políticos, técnicos, humanos e territoriais, e que possibilitaram a materialização desses ideais profissionais.

A vontade de que um campo de trabalho se concretize em um território ainda em construção depende de muita dedicação e construção conjunta entre técnicos e moradores, e muita luta

a ser travada pela efetivação de políticas públicas que viabilizem os direitos já garantidos, assim como financiamentos em prol destes trabalhos e profissionais.

O principal aprendizado dessas experiências é entender que a postura do profissional se espelha na postura do movimento; há uma inspiração constante na luta dos movimentos de moradia e as pessoas que os integra, que impulsionam e inspiram tais profissionais a se dedicarem ao campo. O trabalho do arquiteto urbanista, portanto, é uma construção e processo conjunto, entre corpo técnico e movimento, que não finda em si próprio e se estabelece e se enriquece através da observação da força dos movimentos de luta por moradia.

### Considerações finais

Afinal, o que significa fazer arquitetura e urbanismo?

É entendido que o desempenho da arquitetura e do urbanismo não se reflete apenas na produção de projetos. Este fazer está diretamente vinculado a aproximação, diálogo, compreensão de realidades, suas necessidades, e na busca por encontrar respostas e saberes que possam ser reproduzidos e compartilhados em territórios. Não está nas mãos dos arquitetos a construção da beleza estética de um território, e sim naqueles que o habitam. A arquitetura está na utopia, de construção de realidades. Há diversas possibilidades nas práticas de acompanhamentos e no ato de compartilhar saberes para construção de ideias ou objetos de pequena escala. Nas comunidades, sedes de coordenação, casas dos moradores, canteiro de obras, é possível realizar uma criação participativa, que dialoga diretamente com a ideia do país que se espera um dia alcançar, na direção da verdadeira democracia e liberdade. Essas ações são o início e parte do caminho da arquitetura.

Compreender isso possibilita maior compreensão sobre o território que se ocupa, e também, desvendar ferramentas que podem ser utilizadas para melhorá-lo, adequá-lo a necessidades. Compreensão maior da luta que se trava pelo direito à moradia, e os direitos que possuem. Que seja possível compreender o papel dos arquitetos e urbanistas como sujeitos, facilitadores de transformações sociais que devem ser assumidas e guiadas pelo povo.

Entender a arquitetura enquanto processo, não apenas como objeto final, não limita. Concede novas oportunidades. Que um novo conhecimento e uma troca de experiência podem trazer mais confiança e segurança para enfrentar os desafios que se apresentam diariamente.

É importante também entender que a transformação que se almeja rumo a conquista de direitos é adquirida em comunhão entre todas as pessoas, moradores e técnicos. Para isso é necessário estabelecer ligação e colaboração entre os arquitetos e o povo, constituindo, nos locais habitados, espaços de discussão para então alcançar uma verdadeira arquitetura popular.

## Reconhecimento

Reconhecemos o trabalho e dedicação de muitas pessoas que contribuíram para a elaboração deste projeto. Podemos destacar as lideranças que tanto acreditaram no trabalho desenvolvido e se mantiveram comprometidas na elaboração de tarefas, organizações internas e no compartilhamento de ideias, saberes e experiências, sendo elas Célia, Thamires, Phamela, Terezinha, Fátima, Margarida, Valdino, Loedir e Luiz, e a todas e todos os moradores que estiveram presentes, participaram, colaboraram e acreditaram. Agradecemos também as lideranças das comunidades que não puderam participar mas se demonstraram receptíveis a conhecer o objetivo do projeto, nos recebendo e compartilhando um pouco de suas experiências e lutas, sendo elas Paulo, Galvão, e Carmem. Também gostaríamos de agradecer a presença dos técnicos, militantes, estudantes, organizações e colaboradores que contribuíram nos diálogos e compartilhamento de saberes e experiências, sendo eles Irineu, Mariana, Vera, Karla, Ana, Sônia, Móbile, FAU Social, Alisson, Pedro e Stefani. Agradecemos também, ao cuidado com as crianças participantes, realizado por Natália, e no registro fotográfico de todas as atividades feito por Joanne e Cintia. E, finalmente, agradecemos a ONG Fase e a Lucia, representando a VIPCOOPER Cooperativa Habitacional, que deram todo apoio e suporte para o projeto ser realizado.

## Referências bibliográficas

- ARANTES, P. F. *Arquitetura Nova*. Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre. De Artigas aos Mutirões. São Paulo: Editora 34, 2002.
- ARTIGAS, J. B. V. *Caminhos da arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naify, 1999.
- BOFF, C. *Como trabalhar com o Povo*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 1995.
- CUNHA, J. M. P. da; FALCÃO, C. A. *Campinas Metropolitana: diversidades socioespaciais da virada para o século XXI*. Campinas: Librum Editora, 2017. 80 p.
- FERREIRA, L. I. C. *Arquitetos militantes em urbanização de favelas: uma exploração a partir de casos de São Paulo e do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de São Paulo. São Paulo. 2017.
- FONSECA, H.R. A urbanização contemporânea de Campinas e o processo de constituição do Jardim Campo Belo. *6ª semana de geografia da UNIMCAMP*. Campinas, 2010.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. 218 p.
- FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. *Teoria e Prática em Educação Popular*. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2001. 70 p.
- DEÁK, C.; SHIFFER, S. T. R. (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. 2 ed. Atualizada. São Paulo: Editoria Universidade de São Paulo, 2010.
- GOHN, M. da G. Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. *Investigar em Educação - IIª Série, Número 1*, p. 35-50, 2014. Disponível em: <[https://ec.europa.eu/epale/sites/epale/files/gohn\\_2014.pdf](https://ec.europa.eu/epale/sites/epale/files/gohn_2014.pdf)>. Acesso em: 11 maio 2018.
- GUIMARÃES, H. P. *Rodrigo Brotero Lefèvre: a construção da utopia*. Dissertação de Mestrado. São Carlos, Escola de Engenharia de São Carlos, USP, 2006
- LEFÈVRE, R. B. Entrevista a Renato de Andrade Maia. [jun. 1974]. In KOURY, A. P. *Grupo Arquitetura Nova*. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1999.
- MIRANDA, C. M.; CASTILHO, N. A. N.; CARDOSO, V. C. C. Movimentos sociais e participação popular: luta pela conquista dos direitos sociais. *Revista da Católica, Uberlândia*, v. 1, n. 1, p. 176-185, 2009.
- STRECK, D. Entre emancipação e regulação: (des)encontros entre educação popular e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*. v. 15 n. 44, p. 300-409, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a07.pdf>> Acesso em: 20 maio 2018.

